

Rankings universitários, avaliação científica e os desafios da comunicação pública da ciência

University Rankings, Scientific Evaluation, and the Challenges of Public Communication of Science

Rankings universitarios, evaluación científica y los desafíos de la comunicación pública de la ciencia

Guilherme Augusto Hilário Lopes  

Universidade Regional de Blumenau, Blumenau/SC – Brasil

Tairine Gabriela Pereira Lopes  

Universidade Regional de Blumenau, Blumenau/SC – Brasil

Marcos Antônio Mattedi  

Universidade Regional de Blumenau, Blumenau/SC – Brasil

Maria Roseli Rossi  

Universidade Regional de Blumenau, Blumenau/SC – Brasil

Resumo

O artigo investiga a constituição histórica da ciência como prática social e analisa os efeitos dos rankings universitários na produção e circulação do conhecimento. A partir de uma abordagem teórico-analítica e de dados empíricos dos rankings ARWU e RUF, discute como esses dispositivos reforçam desigualdades regionais e epistemológicas, afetando a comunicação pública da ciência. Argumenta que os critérios avaliativos vigentes privilegiam modelos eurocentrados e práticas voltadas ao prestígio acadêmico, em detrimento da diversidade de saberes e do compromisso social das universidades. Defende a urgência de políticas públicas inclusivas que valorizem a comunicação científica como dimensão estratégica e democrática da atividade universitária.

Palavras-chave: Ciência e sociedade; Rankings acadêmicos; Avaliação científica; Comunicação pública da ciência; Políticas públicas.

Abstract

This article investigates the historical constitution of science as a social practice and analyzes the effects of university rankings on the production and circulation of knowledge. Based on a theoretical-analytical approach and empirical data from ARWU and RUF rankings, it discusses how these instruments reinforce regional and epistemological inequalities, impacting the public communication of science. It argues that current evaluation criteria favor Eurocentric models and prestige-oriented practices, to the detriment of knowledge diversity and the social mission of universities. It advocates for inclusive public policies that value science communication as a strategic and democratic dimension of academic work.

Keywords: Science and society; University rankings; Scientific evaluation; Public communication of science; Public policies.

Resumen

El artículo investiga la constitución histórica de la ciencia como práctica social y analiza los efectos de los rankings universitarios en la producción y circulación del conocimiento. A partir de un enfoque teórico-analítico y de datos empíricos de los rankings ARWU y RUF, discute cómo estos dispositivos refuerzan desigualdades regionales y epistemológicas, afectando la comunicación pública de la ciencia. Sostiene que los criterios de evaluación actuales privilegian modelos eurocéntricos y prácticas orientadas al prestigio, en detrimento de la diversidad de saberes y del compromiso social de las universidades. Defiende la urgencia de políticas públicas inclusivas que valoren la comunicación científica como dimensión estratégica y democrática de la actividad universitaria.

Palabras clave: Ciencia y sociedad; Rankings universitarios; Evaluación científica; Comunicación pública de la ciencia; Políticas públicas.

Introdução

A imagem tradicional da ciência, muitas vezes associada ao laboratório, ao cientista e ao experimento, não dá conta da complexidade que envolve a produção e a circulação do conhecimento científico. A ciência, para além de sua dimensão técnica, é uma prática social, histórica e institucional (Schwartzman, 2008; Ben-David, 1974). Na contemporaneidade, essa prática tem sido atravessada por dinâmicas avaliativas e classificatórias, como os rankings acadêmicos, que interferem diretamente na forma como o conhecimento é produzido, validado e comunicado à sociedade (Fernandes, 2015; Mattedi; Spiess, 2017).

A crescente valorização de sistemas de ranqueamento, como o *Academic Ranking of World Universities* (ARWU) e o *Ranking Universitário Folha* (RUF), reflete uma racionalidade que aproxima a ciência das lógicas de mercado, moldando o comportamento das universidades e dos pesquisadores (Gibbons *et al.*, 1997; Schwartzman, 2008; Hazelkorn, 2019). Essa lógica reforça desigualdades históricas e regionais, tanto no contexto internacional quanto no brasileiro, ao premiar instituições que já concentram maior infraestrutura, financiamento e visibilidade (Franganito, 2019; Lopes *et al.*, 2017; Morosini, 2021). Nesse cenário, a comunicação pública da ciência — entendida como um direito coletivo e vetor de democratização — torna-se cada vez mais restrita, subordinada a indicadores de prestígio e produtividade acadêmica (Santos, 2008; Hazelkorn, 2019).

Este artigo investiga as raízes históricas da práxis científica e a consolidação da ciência como instituição social, com ênfase nas transformações ocorridas entre os séculos XVII e XXI. A partir desse percurso, discute-se criticamente o papel dos rankings na estruturação do ensino superior e suas implicações para a comunicação científica, a popularização do conhecimento e o acesso equitativo à educação. A análise propõe uma reflexão sobre como os mecanismos de avaliação acadêmica influenciam as formas de interação entre ciência e sociedade, apontando para a necessidade de políticas públicas que valorizem a diversidade epistemológica e promovam a inclusão nos processos de produção e difusão do saber (Mattedi; Spiess, 2023; Olcay; Bulu, 2017).

A estrutura do texto se organiza em três partes principais, além desta introdução. Na primeira, apresenta-se o contexto histórico de institucionalização da ciência. Em seguida, analisa-se o funcionamento dos rankings acadêmicos e seus efeitos sobre o ensino superior. Por fim, discutem-se os impactos desses dispositivos sobre a comunicação científica, com destaque para os desafios que se colocam à construção de uma ciência mais pública, acessível e socialmente comprometida.

A constituição da ciência como prática social

A ciência moderna não surgiu de forma espontânea ou desprovida de contexto. Sua consolidação como prática social está profundamente enraizada em processos históricos, institucionais e culturais que se intensificaram a partir do século XVII, com o fortalecimento das universidades e a emergência de associações científicas na Europa. Tais transformações foram fundamentais para a institucionalização da atividade científica

e para a construção de um *ethos* que, ao longo do tempo, moldaria a forma de produzir, validar e divulgar conhecimento (Ben-David, 1974; Schwartzman, 2015).

Na Inglaterra, a fundação da *Royal Society*, em 1660, representou um marco na organização da ciência como atividade coletiva e sistemática. Formada inicialmente por cientistas amadores, a sociedade se tornou um espaço de legitimação do saber empírico, baseado na observação e na experimentação (Mason, 2000). Por sua vez, na França, a criação da *Académie des Sciences* evidenciou o apoio institucional e estatal à ciência, já que contava com financiamento direto do governo absolutista, o que conferia um caráter oficial e estratégico à atividade científica (Rossi, 2001).

A Alemanha do século XIX, por sua vez, introduziu um modelo inovador ao integrar ensino e pesquisa no âmbito universitário. Com a reforma do sistema educacional promovida pelo Estado prussiano e a criação da Universidade de Berlim, estabeleceu-se um paradigma que viria a influenciar diversas nações — inclusive os Estados Unidos (Schwartzman, 2015). Nesse modelo, o conhecimento era visto como um fim em si mesmo, e a universidade ganhava autonomia para definir suas práticas acadêmicas. Como aponta Ben-David (1974), essa concepção transformou a universidade em um espaço de formação científica e de produção de saber, rompendo com a separação entre pesquisa e docência que marcava os modelos anteriores.

No século XX, os Estados Unidos adaptaram e expandiram esse paradigma, ao profissionalizar a atividade científica dentro das universidades. A regulamentação das escolas de pós-graduação, aliada ao financiamento público e privado de pesquisa, permitiu o surgimento da figura do cientista como profissional qualificado e remunerado para produzir conhecimento (Ben-David, 1974; Schwartzman, 2008). Nesse contexto, a ciência se tornou também uma atividade produtiva, inserida nas engrenagens do capitalismo, e passou a ser cada vez mais mensurada por critérios de produtividade e impacto.

A partir da segunda metade do século XX, observa-se uma inflexão importante na forma de compreender a produção do conhecimento. Gibbons *et al.* (1997) propõem a distinção entre o "modo 1" e o "modo 2" de produção científica. O primeiro se refere ao conhecimento disciplinar, produzido em ambientes acadêmicos fechados, enquanto o segundo está voltado à resolução de problemas complexos, envolvendo múltiplos atores e contextos transdisciplinares. Essa transição não apenas reflete a transformação da ciência em uma atividade mais orientada ao mercado, mas também impacta a forma como ela é comunicada e legitimada socialmente (Valdeleón; Manosalva, 2013).

Nesse sentido, o fazer científico passou a ser atravessado por elementos extracientíficos, como políticas públicas, interesses corporativos e dinâmicas midiáticas. A racionalidade mercantil, ao se infiltrar no campo científico, condiciona os pesquisadores a escolherem temas que lhes tragam maior visibilidade e reconhecimento — ou seja, maior capital simbólico e reputacional (Schwartzman, 2008; Spiess; Mattedi, 2020). Como em um mercado, os cientistas vendem seus artigos e projetos, sendo pagos em prestígio, credibilidade e financiamento.

Esse processo impacta diretamente a forma como o conhecimento circula na sociedade e como a ciência se comunica com o público. A produção acadêmica, cada vez mais especializada e orientada por métricas, distancia-se dos espaços de popularização e de diálogo com a sociedade civil. Como alerta Santos (2008), o conhecimento produzido

nos países do Sul tende a ser invisibilizado por essa lógica global e colonial, que privilegia modelos eurocentrados e critérios de avaliação que não reconhecem as especificidades locais.

Portanto, compreender a ciência como prática social exige ir além da técnica e da neutralidade. Implica reconhecer suas raízes históricas, seus vínculos institucionais, suas transformações políticas e, sobretudo, seus desafios contemporâneos no que diz respeito à democratização do conhecimento e à comunicação pública da ciência.

Rankings acadêmicos e a racionalidade avaliativa

A crescente centralidade dos rankings acadêmicos na organização das universidades contemporâneas expressa uma mudança significativa na forma como o conhecimento científico é medido, avaliado e reconhecido socialmente. Esses instrumentos, muitas vezes apresentados como neutros e objetivos, operam como dispositivos simbólicos e políticos que hierarquizam instituições, áreas de conhecimento e regiões geográficas. Ao fazê-lo, contribuem para consolidar uma lógica de competição e prestígio que distancia a ciência de seu compromisso público e social (Hazelkorn, 2019; Franganito, 2019).

O *Academic Ranking of World Universities* (ARWU), elaborado pela Universidade Jiao Tong de Xangai desde 2003, tornou-se um dos principais referenciais internacionais de avaliação universitária. Seus critérios de classificação incluem a quantidade de prêmios Nobel e medalhas Fields recebidas por docentes e ex-alunos, o número de artigos publicados em periódicos como *Nature* e *Science*, e o índice de citações em bases como a Web of Science (ARWU, 2023a; Olcay; Bulu, 2017). Essa metodologia privilegia a produção científica em áreas duras e biomédicas, negligenciando campos como ciências humanas, artes e ciências sociais aplicadas (Hazelkorn, 2019; Santos, 2008).

No Brasil, o *Ranking Universitário Folha* (RUF), lançado em 2012, inspirou-se em modelos internacionais, mas incorporou indicadores como ensino, mercado de trabalho, inovação e internacionalização. Apesar disso, o ranking nacional também opera dentro de uma lógica classificatória que reforça a concentração de prestígio em poucas universidades públicas do Sudeste e do Sul, marginalizando instituições do Norte e Nordeste (Lopes *et al.*, 2017; Morosini, 2021). A assimetria de recursos, infraestrutura e visibilidade entre as regiões é reproduzida e naturalizada por esses sistemas de avaliação, que ignoram as condições materiais e contextuais em que a produção científica ocorre.

Mais do que aferir qualidade, os rankings funcionam como mecanismos de regulação simbólica. Ao estabelecer critérios padronizados e globalizados, eles impõem um modelo de universidade ideal que tende a ser eurocentrado, competitivo e voltado à lógica da produtividade (Mattedi; Spiess, 2023, 2025). As instituições, por sua vez, passam a reconfigurar suas práticas acadêmicas em função desses critérios — selecionando temas de pesquisa com maior potencial de publicação internacional, investindo em áreas que geram mais citações e, muitas vezes, relegando iniciativas de extensão, ensino e comunicação pública da ciência.

Essa racionalidade avaliativa impacta diretamente a forma como a ciência se comunica com a sociedade. Ao priorizar indicadores bibliométricos e reputacionais, os

rankings desvalorizam práticas que têm como objetivo a democratização do conhecimento, como feiras de ciências, projetos de divulgação científica, redes de extensão universitária e formação docente. A ciência, nesse contexto, passa a ser produzida para seus próprios pares, em um circuito fechado, que dificulta o diálogo com os saberes populares, os territórios periféricos e as epistemologias do Sul (Santos, 2008; Spiess; Mattedi, 2020).

Além disso, os rankings contribuem para a construção de um imaginário meritocrático no campo científico, em que a excelência é tratada como atributo individual ou institucional descolado das desigualdades estruturais. Essa lógica apaga os efeitos das políticas de financiamento, da concentração de capital acadêmico e das heranças coloniais que moldam o sistema global de ciência e tecnologia (Franganito, 2019; Hazelkorn, 2019). Ao invés de promover uma ciência mais aberta, plural e comprometida com os desafios sociais, os rankings acabam por reforçar barreiras simbólicas e materiais ao acesso e à circulação do conhecimento.

Dessa forma, compreender os rankings como parte de uma racionalidade avaliativa mais ampla permite identificar seus efeitos na produção científica e, sobretudo, na relação entre ciência e sociedade. Ao priorizar métricas e prestígio, esses instrumentos contribuem para o afastamento da ciência de sua dimensão pública, tornando urgente a construção de indicadores mais sensíveis à diversidade de contextos, saberes e objetivos da produção acadêmica.

Análise comparativa dos rankings ARWU e RUF

Os rankings universitários, como o ARWU e o RUF, constituem ferramentas poderosas de certificação da qualidade e do prestígio acadêmico, influenciando diretamente a forma como as instituições de ensino superior são percebidas, avaliadas e financiadas. Como destacam Mattedi e Spiess (2017, 2023) e Safón (2019), esses instrumentos não apenas medem o desempenho institucional, mas também moldam comportamentos e orientam políticas públicas, ao estabelecerem uma lógica de competição reputacional entre universidades. Essa lógica avaliativa opera fundamentalmente com base em indicadores quantitativos, que privilegiam a produtividade científica medida por publicações, citações e prêmios de prestígio internacional. Como resultado, induz-se a adoção de estratégias institucionais voltadas prioritariamente para a visibilidade global e a ascensão nos rankings, em detrimento do compromisso social, da diversidade epistemológica e da valorização de saberes localizados.

Para López, Fávero e González (2017), o uso dos rankings universitários como modelos de reconhecimento internacional tem sido amplamente promovido e apropriado pelas universidades, que os incorporam de forma acrítica como sinônimo de excelência, prestígio e visibilidade mesmo que isso implique negligenciar outras dimensões qualitativas da vida acadêmica. Essa apropriação simbólica contribui para a naturalização de uma cultura de performance e reforça desigualdades estruturais na organização global do conhecimento.

Tabela 1. Classificação das 200 melhores universidades de 2023 segundo Ranking ARWU

País	Número de Universidades	País	Número de Universidades
Estados Unidos	61	Itália	4
China	32	Bélgica	3
Reino Unido	20	Dinamarca	3
Alemanha	9	Israel	3
Países Baixos	9	Noruega	2
Austrália	8	Arábia Saudita	2
França	8	Cingapura	2
Canadá	7	Coreia do Sul	2
Suíça	7	Áustria	1
Japão	5	Brasil	1
Suécia	5	Finlândia	1
Hong Kong	4	Rússia	1

Fonte: elaboração própria, com base em dados do ARWU (2023b).

A Tabela 1 evidencia de forma contundente a concentração geográfica das universidades mais bem classificadas no Ranking Acadêmico de Universidades do Mundo (ARWU) de 2023. Os Estados Unidos lideram com folga (61 universidades), seguidos pela China (32), Reino Unido (20) e Alemanha (9). Entre os países do Sul global, apenas o Brasil figura na lista, com uma única instituição representada. Rússia e Arábia Saudita também aparecem com presença residual; contudo, no recorte adotado neste artigo, esses casos não são classificados como Sul global, mas mobilizados para evidenciar que, fora do eixo tradicional do Norte global, a participação permanece excepcional e limitada — o que revela a persistência de um padrão assimétrico de reconhecimento acadêmico internacional

Essa distribuição desigual não é acidental: ela reflete os critérios adotados pelo ranking, que privilegiam indicadores fortemente associados à capacidade de investimento em ciência e tecnologia, à produção em periódicos de alto impacto e à visibilidade internacional da pesquisa científica. Tais critérios reproduzem uma lógica de avaliação ancorada em uma epistemologia dominante, centralizada no eixo Norte global, que historicamente concentrou os recursos e os instrumentos simbólicos de validação do conhecimento.

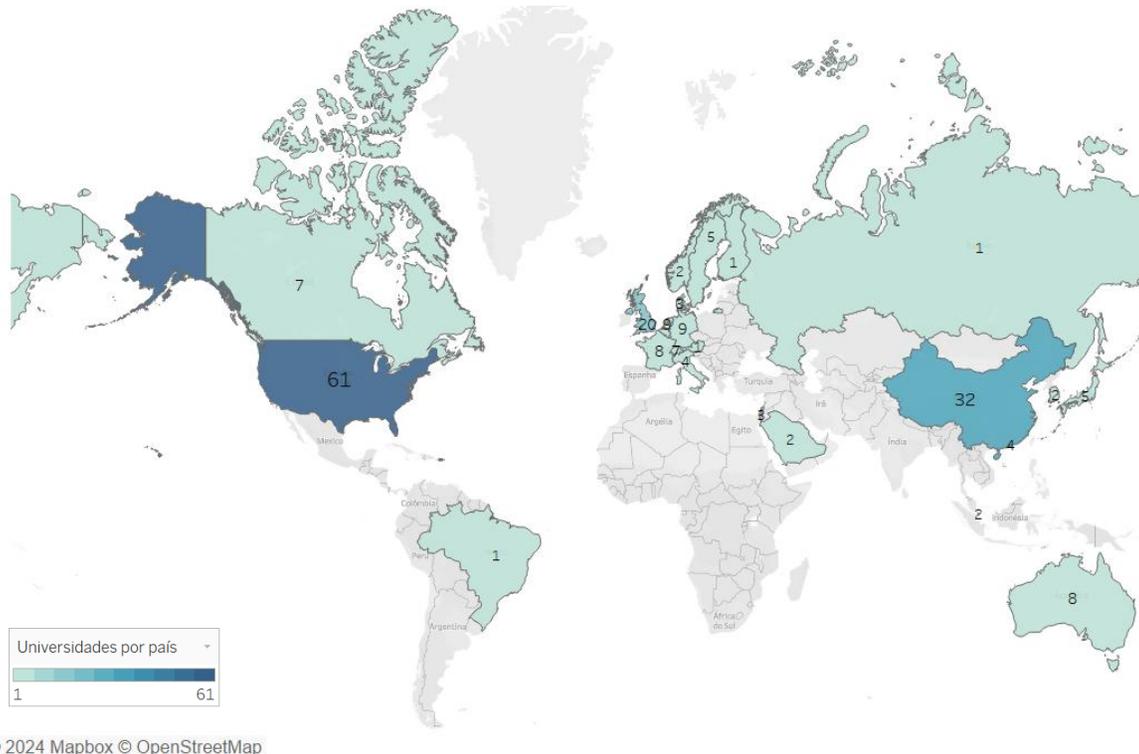
Como argumenta Santos (2008), essa configuração reforça uma geopolítica do conhecimento baseada na colonialidade epistêmica, na qual saberes produzidos em contextos periféricos são sistematicamente invisibilizados ou desqualificados. O ranking, nesse sentido, atua não apenas como um instrumento técnico de avaliação, mas como um dispositivo ideológico que hierarquiza epistemologias e reforça a centralidade das universidades do Norte como produtoras legítimas de ciência.

Além disso, a presença significativa da China, com 32 universidades entre as 200 melhores, sinaliza o avanço estratégico do país na disputa por prestígio internacional, resultado de investimentos maciços em pesquisa e da adoção deliberada dos critérios de ranqueamento global. Isso revela que o acesso aos primeiros lugares não está apenas

relacionado à qualidade científica intrínseca, mas à capacidade política e econômica de alinhar-se aos padrões dominantes de avaliação.

Como será evidenciado no Mapa 1, essa concentração regional, além de flagrante, possui implicações profundas para o modo como o conhecimento circula e é legitimado globalmente, contribuindo para a marginalização de instituições, línguas e temas de pesquisa que não se enquadram no modelo hegemônico de ciência baseado na produtividade, na competição e na visibilidade internacional.

Mapa 1. Distribuição geográfica das 200 melhores universidades do mundo no Ranking ARWU/2023



Fonte: elaboração própria, com base nos dados do ARWU (2023b).

A análise espacial evidencia como o ranqueamento não é neutro: ele naturaliza uma distribuição desigual de prestígio e de acesso à ciência de ponta. Franganito (2019) aponta que os rankings se baseiam em dados disponíveis em ambientes digitais, o que penaliza instituições em contextos comunitários ou periféricos, como ocorre com muitas universidades africanas ou latino-americanas.

No contexto brasileiro, o Ranking Universitário Folha (RUF) espelha essa mesma lógica, com adaptações nacionais. A Tabela 2 mostra a distribuição das 203 melhores universidades brasileiras

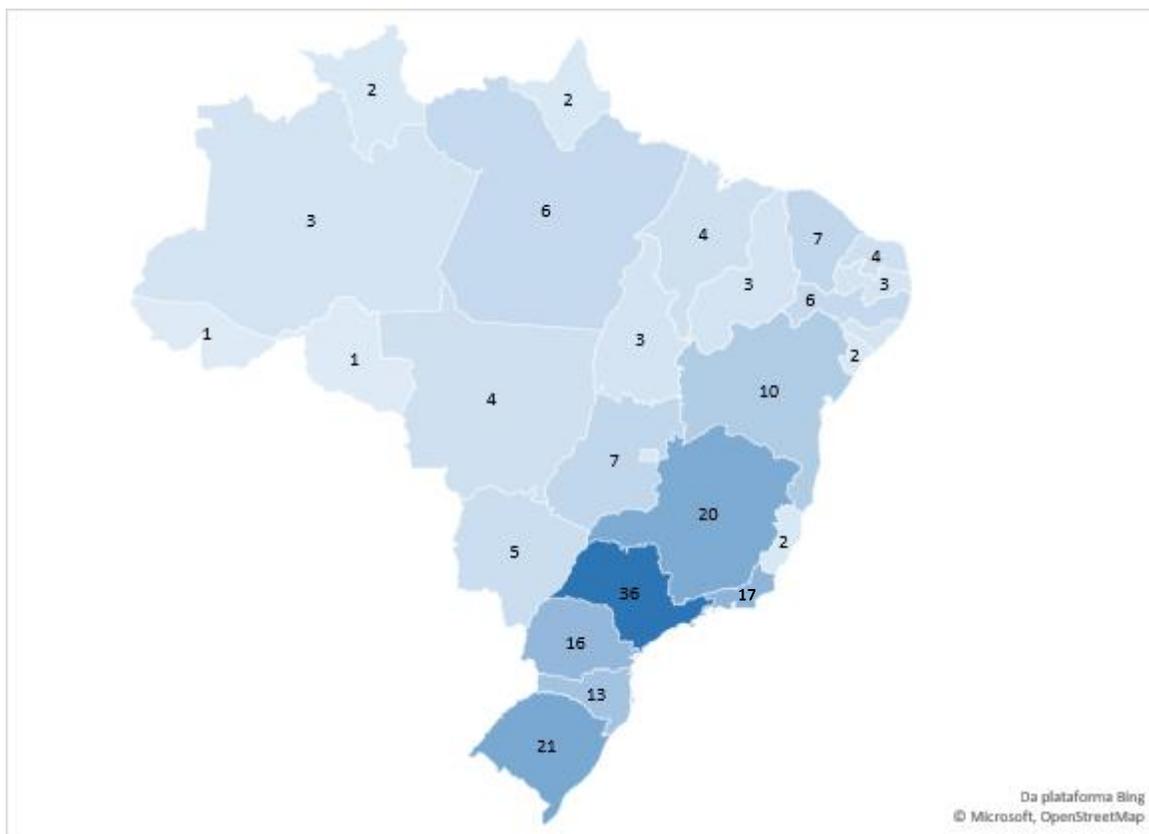
Tabela 2. Classificação RUF das melhores universidades do Brasil em 2023

Estado	Estadual	Federal	Municipal	Privada	Total Estado
Acre		1			1
Alagoas	2	1			3
Amapá	1	1			2
Amazonas	1	1		1	3
Bahia	4	4		2	10
Ceará	3	3		1	7
Distrito Federal		1		1	2
Espírito Santo		1		1	2
Goiás	1	3	1	2	7
Maranhão	2	1		1	4
Mato Grosso	1	2		1	4
Mato Grosso do Sul	1	2		2	5
Minas Gerais	2	11		7	20
Pará	1	4		1	6
Paraíba	1	2			3
Paraná	7	3		6	16
Pernambuco	1	4		1	6
Piauí	1	2			3
Rio de Janeiro	2	4		11	17
Rio Grande do Norte	1	2		1	4
Rio Grande do Sul	1	6		14	21
Rondônia		1			1
Roraima	1	1			2
Santa Catarina	1	2	1	9	13
São Paulo	3	3	2	28	36
Sergipe		1		1	2
Tocantins	1	1	1		3
Total Geral	39	68	5	91	203

Fonte: elaboração própria, com base nos dados do RUF (2023).

Apesar da presença de universidades em todos os estados, observa-se uma concentração expressiva nas regiões Sudeste e Sul, o que reflete desigualdades históricas de investimento e infraestrutura. Como reforçam Lopes *et al.* (2017) e Morosini (2021), a distribuição desigual das universidades federais, estaduais e privadas está diretamente associada a políticas públicas e à dinâmica econômica regional. O Mapa 2 permite visualizar esses contrastes.

Mapa 2. Distribuição geográfica das 203 melhores universidades do Brasil em 2023 conforme a RUF



Fonte: elaboração própria, com base nos dados do RUF (2023).

Estados periféricos, especialmente do Norte e Nordeste, apresentam menor presença de instituições privadas e estaduais. A forte presença das universidades federais é um indicativo do papel do Estado na capilarização do ensino superior, mas também aponta para a ausência de alternativas locais sustentáveis, o que reforça a dependência institucional e a centralização do prestígio acadêmico.

Essa análise empírica reforça a crítica de Santos (2008) à epistemologia do Norte, que exclui saberes e dinâmicas locais. Ao mesmo tempo, confirma o argumento de Gibbons *et al.* (1997) sobre a transição para um "modo 2" de produção do conhecimento, que ainda não se concretiza plenamente em contextos de desigualdade estrutural — pois a ciência continua operando sob uma lógica de prestígio baseada em métricas globais excludentes.

Em síntese, os dados apresentados evidenciam que os rankings não apenas medem, mas produzem desigualdades. A forma como o conhecimento é quantificado e hierarquizado contribui para a reprodução de um sistema global assimétrico, onde instituições do Sul global permanecem nas margens do circuito de prestígio científico. Essa constatação reforça a urgência de revisar os critérios de avaliação acadêmica e de construir indicadores sensíveis à diversidade regional, cultural e epistemológica.

Implicações para a comunicação pública da ciência

A comunicação pública da ciência, entendida como o processo pelo qual o conhecimento científico é compartilhado com públicos não especializados, constitui um dos pilares fundamentais para a consolidação de uma ciência democrática, acessível e socialmente relevante. No entanto, essa dimensão tem sido sistematicamente desvalorizada pelas lógicas institucionais e avaliativas que orientam a produção científica nas universidades contemporâneas (Santos, 2008; Hazelkorn, 2019).

Como discutido nas seções anteriores, os rankings acadêmicos — ao priorizarem critérios como publicações em periódicos de alto impacto, número de citações e prêmios internacionais — impõem um modelo de excelência científica que está intrinsecamente vinculado à visibilidade entre pares e à competitividade global (Olçay; Bulu, 2017; Mattedi; Spiess, 2023). Nesse modelo, a comunicação com o público leigo, os processos de formação cidadã e os saberes produzidos em contextos locais passam a ser vistos como atividades periféricas ou de menor valor acadêmico.

Esse cenário gera uma série de implicações para a forma como a ciência se relaciona com a sociedade. Em primeiro lugar, há um empobrecimento das práticas de divulgação científica, que deixam de ser incentivadas institucionalmente e passam a depender da iniciativa individual de pesquisadores comprometidos com a extensão universitária. Isso contribui para a manutenção de um abismo entre ciência e público, especialmente nos territórios marcados por desigualdades sociais, econômicas e educacionais (Lopes *et al.*, 2017; Morosini, 2021).

Além disso, a hegemonia das métricas bibliométricas como critério de excelência desestimula projetos interdisciplinares, transdisciplinares ou voltados à resolução de problemas sociais concretos — justamente aqueles que exigem diálogo constante com diferentes setores da sociedade civil (Gibbons *et al.*, 1997; Santos, 2008). A ciência, nesse contexto, corre o risco de se tornar autorreferente, voltada exclusivamente à sua própria validação interna, e cada vez mais distante das demandas e saberes populares.

Outro aspecto fundamental diz respeito à exclusão epistemológica promovida por esses sistemas de avaliação. Ao privilegiarem modelos científicos eurocêntricos, os rankings deslegitimam outras formas de conhecimento, como os saberes indígenas, quilombolas, camponeses e periféricos. Essa exclusão não é apenas simbólica; ela impacta diretamente a forma como os recursos são distribuídos, como os currículos são organizados e como a ciência é percebida pela população (Santos, 2008; Franganito, 2019).

Diante desse contexto, torna-se urgente repensar os sistemas de avaliação científica, de modo a incorporar critérios que valorizem a diversidade epistemológica, a relevância social da pesquisa e as práticas de comunicação inclusiva. Isso implica reconhecer que a excelência científica não pode ser medida apenas por números, rankings ou publicações, mas também pela capacidade de transformar realidades, dialogar com diferentes públicos e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e informada.

A valorização da comunicação pública da ciência, portanto, deve ser entendida como uma dimensão estratégica das políticas de ciência, tecnologia e educação. Ela não se restringe à divulgação de resultados, mas envolve a criação de espaços de escuta,

diálogo e coprodução de saberes entre universidade e sociedade. Somente por meio desse movimento será possível romper com a lógica excludente dos rankings e construir uma ciência verdadeiramente pública, plural e transformadora.

Considerações finais

A análise histórica, teórica e empírica apresentada neste artigo evidencia que a ciência, para além de seus aspectos técnicos, é uma prática social marcada por transformações institucionais e disputas simbólicas que moldam sua legitimidade e circulação. Desde a consolidação das universidades modernas até a emergência dos rankings acadêmicos, observa-se um deslocamento da ciência em direção a uma racionalidade orientada por métricas, prestígio e competitividade global.

Rankings como o ARWU e o RUF, ao estabelecerem critérios padronizados de excelência, promovem uma lógica classificatória que reforça desigualdades históricas entre países do Norte e do Sul, bem como entre regiões do Brasil. Como demonstrado nas tabelas e mapas analisados, há uma concentração significativa de prestígio acadêmico em territórios com maior capital econômico, institucional e simbólico. Essa geopolítica do conhecimento, ancorada em indicadores quantitativos, contribui para invisibilizar saberes locais, práticas de extensão e iniciativas de impacto social.

Nesse contexto, a comunicação pública da ciência entendida como um direito coletivo e uma dimensão estratégica da vida universitária tem sido sistematicamente desvalorizada. Ao se orientarem por métricas voltadas à publicação em periódicos de alto impacto e ao reconhecimento entre pares, universidades e pesquisadores tendem a negligenciar práticas de diálogo com a sociedade, de coprodução de conhecimento e de popularização da ciência. Essa tendência aprofunda o abismo entre produção científica e transformação social, comprometendo a função pública da universidade.

Diante disso, torna-se urgente a formulação de políticas públicas inclusivas que reconheçam e valorizem a diversidade epistemológica, territorial e cultural da produção de conhecimento. Tais políticas devem combater a centralização de recursos e prestígio, garantindo condições equânimes de acesso à educação superior e à pesquisa científica em todo o território nacional. Isso inclui o fortalecimento das universidades em regiões historicamente marginalizadas, a revisão dos critérios de avaliação institucional e a ampliação de programas de fomento à extensão universitária e à comunicação científica.

Ademais, é fundamental que os mecanismos de avaliação acadêmica sejam reformulados para incorporar dimensões qualitativas e sociais da ciência, reconhecendo o valor das práticas interdisciplinares, do engajamento comunitário e da produção de conhecimento situado. A excelência científica não pode ser reduzida a rankings ou a indicadores bibliométricos, mas deve ser compreendida a partir de sua capacidade de transformar realidades, enfrentar desigualdades e construir pontes entre saberes diversos.

Assim, a valorização da comunicação pública da ciência deve deixar de ser uma atividade periférica para ocupar o centro das políticas de ciência, tecnologia e educação. Somente com uma ciência aberta, dialógica e comprometida com a justiça social será possível enfrentar os desafios contemporâneos e construir um futuro mais plural, democrático e solidário.

Referências

- ARWU – Academic Ranking of World Universities. **Shanghai Ranking's Academic Ranking of World Universities Methodology 2023**. 2023a. Disponível em: <https://www.shanghairanking.com/methodology/arwu/2023>. Acesso em: 03 ago. 2024.
- ARWU – Academic Ranking of World Universities. **2023 Academic Ranking of World Universities**. 2023b. Disponível em: <https://www.shanghairanking.com/rankings/arwu/2023>. Acesso em: 03 ago. 2024.
- BEN-DAVID, Joseph. **O papel do cientista na sociedade**: um estudo comparativo. São Paulo: Pioneira; Ed. Univ. São Paulo, 1974.
- FERNANDES, Fernando José Anjos Silva Vaz. **Representação das Universidades Portuguesas através dos Rankings Universitários Internacionais (ARWU, QS e THE)**: validade, representação e posicionamento. 2015. 109 f. Dissertação (Mestrado em Informação, Comunicação e Novos Media) – Universidade de Coimbra, Coimbra, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316/29856>. Acesso em: 28 set. 2024.
- FRANGANITO, Rui Manuel Fialho. Rankings académicos à luz da Agenda 2063 “A África que Queremos” e do ensino superior em Cabo Verde. *In*: CALDERÓN, Adolfo Ignacio; WANDERCIL, Marco; MARTINS, Edivaldo Camarotti (org.). **Rankings académicos e governança universitária no espaço do ensino superior de língua portuguesa**: Angola, Cabo Verde, Macau, Moçambique, Portugal e Brasil. Brasília: Anpae, 2019. p. 182-196.
- GIBBONS, Michael *et al.* **La nueva producción del conocimiento**: La dinámica de la ciencia y la investigación en las sociedades contemporáneas. Barcelona: Pomares corredor, 1997.
- HAZELKORN, Ellen. Como os rankings estão remodelando o ensino superior. *In*: CALDERÓN, Adolfo Ignacio; WANDERCIL, Marco; MARTINS, Edivaldo Camarotti (org.). **Rankings académicos e governança universitária no espaço do ensino superior de língua portuguesa**: Angola, Cabo Verde, Macau, Moçambique, Portugal e Brasil. Brasília: Anpae, 2019. p. 22-32.
- LOPES, Guilherme Augusto Hilário *et al.* Modelos de análise da relação entre espaço e atividade científica. *In*: Seminário internacional sobre desenvolvimento regional, 8., 2017, Santa Cruz do Sul. **Anais...** Santa Cruz do Sul: UNISC, 2017., p. 1-14. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/view/16845>. Acesso em: 20 nov. 2024.
- LÓPEZ, Aristeo Santos; FÁVERO, Altair Alberto; GONZÁLEZ, Norma González. Del discurso a la realidad: internacionalización de la educación superior en académicos extranjeros en la UAEMEX. **Revista Espaço Pedagógico**, [S. l.], v. 24, n. 1, 2017. DOI: 10.5335/rep.v24i1.6989. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/6989>. Acesso em: 21 mar. 2024.
- MASON, Stephen Finney. **Historia de las ciencias**: La revolución científica de los siglos XVI y XVII. Madrid: Alianza Editorial, 2000.

MATTEDI, Marcos Antônio; SPIESS, Maiko Rafael. A avaliação da produtividade científica. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, p. 623-643, set. 2017. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702017000300623&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 20 nov. 2024.

MATTEDI, Marcos; SPIESS, Maiko Rafael. A epistemologia do medo. **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, v. 21, n. 62, p. 34-64, 2025.

MATTEDI, Marcos Antônio; SPIESS, Maiko Rafael. **O pântano cognitivo**: efeitos emergentes da comunicação científica. Blumenau: Edifurb, 2023.

MOROSINI, Marília. Internacionalização da educação superior no Brasil e desafios no contexto do sul global. **Revista Educación Superior y Sociedad (ESS)**, v. 33, n. 1, p. 361-383, 1 maio 2021.

OLCAY, Gokcen Arkali; BULU, Melih. Is measuring the knowledge creation of universities possible? A review of university rankings. **Technological Forecasting and Social Change**, v. 123, p. 153-160, 2017.

ROSSI, Paolo. **O nascimento da ciência moderna na Europa**. Bauru: Edusc, 2001. (Coleção História).

RUF – Ranking Universitário Folha. **Ranking de Universidades 2023**. Disponível em: <https://ruf.folha.uol.com.br/2023/ranking-de-universidades/principal/>. Acesso em: 29 ago. 2024.

SAFÓN, Vicente. Inter-ranking reputational effects: an analysis of the Academic Ranking of World Universities (ARWU) and the Times Higher Education World University Rankings (THE) reputational relationship. **Scientometrics**, v. 121, n. 2, p. 897-915, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Do pós-moderno ao pós-colonial. E para além de um e de outro. **Travessias**, n. 6/7, p. 15-36, 2008.

SCHWARTZMAN, Simon. **Ciência, universidade e ideologia**: a política do conhecimento [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2008. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/polcon.pdf>. Acesso em: 14 set. 2024.

SCHWARTZMAN, Simon. **Um espaço para a ciência**: A formação da comunidade científica no Brasil. 4. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2015.

SPIESS, Maiko Rafael; MATTEDI, Marcos Antônio. Eventos científicos: da Pirâmide Reputacional aos círculos persuasivos. **Sociedade e Estado**, v. 35, p. 441-471, 2020.

VALDELEÓN, Wilson Acosta; MANOSALVA, Clara Carreño. Modo 3 de producción de conocimiento: implicaciones para la universidad de hoy. **Revista Universidad de La Salle**, [S.l.], n. 61, p. 67-87, ago. 2013. Disponível em: <https://ciencia.lasalle.edu.co/ruls/vol2013/iss61/4/>. Acesso em: 14 set. 2024.

Recebido em: 11 abr. 2025

Aceito em: 15 dez. 2025